



## CONCURSO PÚBLICO COLÉGIO PEDRO II

EDITAL N.º 056/25

### Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) – Atendimento Educacional Especializado (AEE)

**Duração:** 5h (cinco horas)

**Leia atentamente as instruções abaixo:**

01 Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno da prova escrita, com 25 (vinte e cinco) questões **objetivas**, sem repetição ou falha, e 4 (quatro) questões da **discursivas**, conforme distribuição abaixo:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	LEGISLAÇÃO	PARTE DISCURSIVA
1 a 20	21 a 25	4

b) Será disponibilizado um cartão de respostas destinado às questões objetivas, bem como a folha de respostas das questões discursivas, da qual deverá ser destacado o rodapé contendo as informações do(a) candidato(a). O rodapé destacado deverá ser mantido em posse do(a) candidato(a).

- 02 Verifique se este material está em ordem e se o seu nome, RG, cargo e número de inscrição conferem com os dados que aparecem no cartão de respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.
- 03 Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do cartão de respostas, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.
- 04 No cartão de respostas da questões objetivas, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra correspondente ao número da questão e preenchendo todo o espaço interno, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.

Exemplo:  A  B  C  D

- 05 Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas **4 (quatro) alternativas** classificadas com as letras (A, B, C e D), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar uma alternativa. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
- 06 O candidato poderá entregar seu cartão de respostas, seu caderno de questões e retirar-se da sala de prova somente depois de decorrida **1 (uma) hora** do início da prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o termo de ocorrência declarando sua desistência do certame, que será lavrado pelo coordenador do local.
- 07 O candidato só poderá levar o caderno de prova decorridas **4 (quatro) horas** após o início da realização da prova.
- 08 Não será permitida a cópia de gabarito no local de prova. Ao terminar a prova de conhecimentos, o candidato entregará, obrigatoriamente, o seu cartão de respostas e as folhas de resposta da parte discursiva. **O candidato que se retirar da sala levando o cartão de respostas estará automaticamente eliminado do certame.**
- 09 Reserve os **30 (trinta) minutos** finais para marcar seu cartão de respostas. Os rascunhos e as marcações assinaladas no caderno de questões não serão levados em consideração.
- 10 Os **3 (três)** últimos candidatos permanecerão sentados até que todos concluem a prova ou que termine o seu tempo de duração, devendo assinar a ata de sala e retirar-se juntos.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. “[...] é um problema de aprendizagem causado por má formação neurológica, provavelmente, pode ser adquirida através de herança genética que se manifesta como uma dificuldade no construir conhecimentos dos números e cálculos. Essa deficiência não é uma deficiência mental, baixo nível de QI (coeficiente de inteligência), falha na alfabetização, impedimentos visuais e/ou auditivos, entre outros (Silva; Santos, 2011)”.

O fragmento acima descreve um transtorno de aprendizagem. De acordo com a descrição, ele refere-se à:

- A) dislexia
- B) disgrafia
- C) discalculia
- D) disortografia

2. No contexto educacional fazer uso da tecnologia assistiva: “[...] é buscar, com criatividade, uma alternativa para que o aluno realize o que deseja ou precisa. É encontrar uma estratégia para que ele possa *fazer* de outro jeito. É valorizar o seu jeito de fazer e aumentar suas capacidades de ação e interação a partir de suas habilidades”. (Schirmer; Browning; Bersch; Machado, 2007, p. 31, grifo das autoras).

Com base no trecho acima, são considerados como tecnologias assistivas:

- A) os produtos, os equipamentos, os dispositivos, os recursos, as metodologias, as estratégias, as práticas e os serviços
- B) os recursos, as metodologias, as estratégias, os dispositivos, as apostilas regulares e os livros didáticos padrão
- C) as pranchas de comunicação alternativa ampliada (CAA), os materiais pedagógicos comuns, os equipamentos, os dispositivos e os serviços
- D) os materiais pedagógicos comuns, os dispositivos, as apostilas regulares, as práticas, a comunicação alternativa aumentativa (CAA) e os serviços

3. A Educação Especial, na perspectiva inclusiva, tem exigido do sistema educacional a criação de novos paradigmas que contemplem, em suas práticas pedagógicas, valores como a colaboração não apenas entre estudantes, mas, principalmente, entre os docentes. Como afirma Capellini e Mendes (2007, p. 125), “A força da colaboração encontra-se na capacidade de unir as habilidades individuais dos educadores, para promover sentimentos de interdependência positiva, desenvolver habilidades criativas de resolução de problemas e apoiar um ao outro, de forma que todos assumam as responsabilidades educacionais.” Diante dessa nova perspectiva, aspectos como reconhecimento e acolhimento da diversidade tornam-se responsabilidade de toda a comunidade escolar, comprometida com a criação de uma cultura de colaboração, favorável à criação de uma escola verdadeiramente inclusiva. Nesse sentido, de acordo com Braun e Marin (2016), a proposta pedagógica do ensino colaborativo consiste no(a):

- A) parceria entre os professores de Educação Regular e os professores de Educação Especial dentro da sala de aula comum
- B) sobreposição e na hierarquização entre a atuação de cada professor envolvido com o processo educacional inclusivo dentro da sala de aula comum
- C) foco nos limites e nas dificuldades expressados pelos estudantes como balizadores da proposta pedagógica oferecida
- D) realização de práticas pedagógicas individualizadas, concentradas na sala de recursos multifuncionais

4. Leia atentamente a tirinha abaixo:



Fonte: QUINO. Toda Mafalda. São Paulo: Martins Fontes, 2001

A afirmativa de Manolito, na tirinha acima, revela o sentimento de muitos estudantes público-alvo da educação especial quando estão diante, por exemplo, do processo de aquisição e de consolidação da leitura e da escrita. Estudantes que encontram barreiras de aprendizagem nas áreas da linguagem, independentemente dos diagnósticos possíveis, são desafios diários para professores das classes comuns nas diferentes disciplinas e níveis de ensino. A necessidade de professores de atendimento educacional especializado alfabetizadores está sendo cada vez mais urgente, visto que, em muitos casos, a defasagem na alfabetização e no letramento dos estudantes da educação especial compromete o sucesso acadêmico desses alunos. Nesse sentido, torna-se necessário que as propostas pedagógicas alfabetizadoras sejam elaboradas e realizadas de maneira articulada tanto aos interesses dos próprios estudantes quanto aos conteúdos e aos temas trabalhados em sala de aula regular, exigindo, portanto, diálogo e parceria contínuos de seus professores da classe comum e professores da educação especial. Uma maneira de realizar o trabalho pedagógico para esse fim seria organizá-lo a partir da seguinte sequência:

- A) Ensino Colaborativo; Estudo de Caso; Plano de Atendimento Educacional Especializado; Plano Educacional Individualizado
- B) Plano Educacional Individualizado; Estudo de Caso; Plano de Atendimento Educacional Especializado; Ensino Colaborativo
- C) Estudo de caso; Plano de Atendimento Educacional Especializado; Plano Educacional Individualizado; Ensino Colaborativo
- D) Plano de Atendimento Educacional Especializado; Estudo de Caso; Plano Educacional Individualizado; Ensino Colaborativo



**5.** Durante o processo de aquisição da leitura e da escrita, é fundamental que o professor do Atendimento Educacional Especializado esteja preparado para realizar uma mediação pedagógica eficaz no sentido de demonstrar para o estudante da educação especial os caminhos possíveis de aprendizagem, com fins na diminuição das barreiras impostas a ele tanto em função da própria deficiência quanto em relação ao currículo. Padilha e Fonseca (2025, p. 188), em diálogo com Vygotsky, afirmam que "[...] as crianças começam a usar as mesmas formas de comportamento em relação a si mesmas que os outros inicialmente usaram com elas (Vygotsky apud Smolka, 1991, p.54-55), o que significa que as crianças não apenas apropriam dos conhecimentos envolvidos na resolução de tarefas, como também internalizam as estratégias empregadas pelo mediador, de acordo com cada situação-problema". Com base nessas informações, conforme preconizam Padilha e Fonseca (2025, p.187), é necessário ao professor do Atendimento Educacional Especializado possuir conhecimentos básicos acerca das hipóteses de escrita e de leitura que lhe dêem condições de planejar, junto ao professor da classe comum, propostas que estejam alicerçadas no conhecimento trazido pelo estudante da educação especial. Para tanto, as atividades pedagógicas deverão considerar que o estudante da educação especial que se encontra na hipótese de escrita:

- A) pré-silábica apresenta estabilidade da escrita das palavras
- B) silábica com valor sonoro pode usar muitas letras para escrever
- C) silábica alfabética compreende que a escrita representa os sons da fala
- D) alfabética não aceita que seja possível ler e escrever com menos de três letras

**6.** As funções executivas são amplamente discutidas na literatura educacional por sua relação com o planejamento, a organização do comportamento e a autorregulação da aprendizagem. No contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE), compreender essas funções auxilia o professor na escolha de estratégias pedagógicas mais adequadas às necessidades dos estudantes. Com base na revisão de literatura apresentada no artigo *Intervenções e funções executivas* (Souza; Santos, 2024), é correto afirmar que:

- A) as funções executivas se referem exclusivamente à capacidade intelectual geral, não estando relacionadas ao controle do comportamento ou à organização da ação
- B) intervenções voltadas às funções executivas podem contribuir para a melhoria de habilidades, como atenção, planejamento e controle inibitório em contextos educacionais
- C) o desenvolvimento das funções executivas ocorre apenas de forma espontânea, sem influência de intervenções pedagógicas ou ambientais
- D) as funções executivas são irrelevantes para o processo de aprendizagem, estando restritas ao funcionamento neurológico, sem impacto escolar

**7.** No contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o professor atua diretamente na mediação de processos de aprendizagem de estudantes com diferentes perfis de desenvolvimento, considerando aspectos cognitivos, emocionais e neurofuncionais. A compreensão de como o cérebro aprende é fundamental para a elaboração de estratégias pedagógicas inclusivas e eficazes. À luz das contribuições da Neurociência para a Educação, conforme discutido por Cosenza e Guerra (2011), é coerente afirmar que:

- A) a aprendizagem ocorre de forma homogênea entre os indivíduos, uma vez que os mecanismos cerebrais básicos são universais, cabendo à escola adaptar apenas os conteúdos curriculares
- B) emoções e cognição são processos independentes, de modo que o envolvimento emocional do estudante não interfere significativamente na consolidação das aprendizagens escolares
- C) a plasticidade cerebral permite que o cérebro se modifique em função das experiências, o que reforça a importância de intervenções pedagógicas planejadas e mediadas, especialmente no AEE
- D) as dificuldades de aprendizagem têm origem predominantemente genética, sendo pouco influenciadas pelo ambiente escolar ou pelas práticas pedagógicas adotadas

**8.** No contexto educacional de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o desenvolvimento das funções executivas tem sido apontado como um elemento central para a aprendizagem, a autonomia e a participação escolar. Professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenham papel fundamental na mediação de estratégias que favoreçam esses processos no cotidiano escolar. A partir disso e com base nas reflexões apresentadas por Nascimento e Braun (2024), compreende-se que:

- A) as funções executivas estão relacionadas exclusivamente a habilidades cognitivas superiores, como raciocínio lógico e cálculo matemático, apresentando pouca relevância para a organização do comportamento escolar
- B) no TEA, as dificuldades em funções executivas se manifestam principalmente em contextos clínicos, sendo pouco observáveis nas interações pedagógicas e nas atividades escolares
- C) a atuação docente no AEE pode favorecer o desenvolvimento das funções executivas ao propor estratégias intencionais de mediação, organização do ambiente e previsibilidade das rotinas
- D) o trabalho com funções executivas no contexto escolar deve ocorrer apenas após o domínio pleno da linguagem oral pelo estudante com TEA



**9.** No decorrer das últimas décadas, pôde-se observar significativas mudanças no cenário educacional brasileiro no que diz respeito à democratização do direito à educação. Na Educação Especial, ao analisarmos os marcos históricos e político-legais entre meados do século XIX até os dias atuais, podemos evidenciar avanços expressivos na elaboração de diretrizes legais que visam a assegurar direitos sociais e educacionais das pessoas com deficiência. Dentre essas normativas, podemos destacar a Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a conhecida Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. De acordo com seu o art.3º, inciso IV, as barreiras são classificadas em:

- A) urbanísticas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais e tecnológicas
- B) urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, comportamentais e tecnológicas
- C) urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais e tecnológicas
- D) urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, econômicas, atitudinais e tecnológicas

**10.** A defesa da individualização do ensino suscita dilemas éticos e pedagógicos recorrentes, especialmente no que se refere à tensão entre igualdade e diferença. Considerando a escolarização de estudantes com deficiência intelectual, a atuação pedagógica coerente com os princípios da educação inclusiva pressupõe que:

- A) o reconhecimento das diferenças individuais leve à flexibilização de recursos e de metodologias, sem implicar mudanças nos modos de organização curricular e nos processos avaliativos
- B) a diferenciação pedagógica seja compreendida como uma estratégia ética e pedagógica que articula igualdade e diferença, reorganizando intencionalmente práticas, tempos, interações e avaliações, de modo a ampliar as possibilidades de aprendizagem
- C) a promoção da igualdade educacional esteja vinculada à aplicação dos mesmos objetivos, estratégias e critérios de avaliação para todos os estudantes, entendendo a homogeneidade das práticas como condição para garantir justiça no processo educativo
- D) a resposta às diferenças no desenvolvimento cognitivo dos estudantes com deficiência intelectual seja atribuída prioritariamente a atendimentos especializados externos à sala de aula comum, cabendo à escola regular a manutenção de práticas pedagógicas padronizadas

**11.** No âmbito da educação inclusiva, o Plano Educacional Individualizado (PEI) caracteriza-se como um instrumento pedagógico que tem como principal finalidade:

- A) definir estratégias pedagógicas restritas ao espaço das salas de recursos multifuncionais
- B) estabelecer um currículo paralelo e substitutivo ao currículo comum para estudantes público-alvo da Educação Especial
- C) organizar intervenções pedagógicas de caráter clínico, definidas por profissionais da área da saúde que atendem o estudante
- D) orientar práticas pedagógicas individualizadas, articuladas ao currículo comum, considerando as necessidades e as potencialidades do estudante

**12.** A professora Nilma Lino Gomes (2011), ao discutir diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira, enfatiza que as desigualdades educacionais são produzidas por relações históricas, sociais e culturais marcadas por discriminações, exclusões e hierarquizações. Em consonância com essa perspectiva, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p.15) afirma que “As definições do público-alvo devem ser contextualizadas e não se esgotam na mera categorização e especificações atribuídas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões.” Com base nessas referências, é correto afirmar que a educação inclusiva pressupõe a:

- A) separação entre políticas de educação especial e políticas de promoção da igualdade racial, por se tratarem de campos conceituais distintos
- B) compreensão de que as diferenças, sejam étnico-raciais ou relacionadas à deficiência, devem ser tratadas de forma homogênea, evitando a fragmentação das políticas educacionais
- C) análise contextualizada dos sujeitos, reconhecendo que deficiência, raça, etnia e desigualdades educacionais são atravessadas por fatores sociais, históricos e culturais, exigindo políticas e práticas pedagógicas voltadas à equidade
- D) priorização de estratégias pedagógicas individualizadas apenas para estudantes identificados formalmente como público-alvo da educação especial, sem articulação com políticas de diversidade

**13.** O capacitismo é caracterizado como forma de discriminação baseada na deficiência. Ele pode se manifestar por meio de práticas de intimidação sistemática, dentro e fora do ambiente escolar, podendo ser classificadas conforme ações praticadas, como:

- A) consensual
- B) sexual
- C) usual
- D) assexual

**14.** A Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), constitui-se como um marco histórico que alicerça os princípios de igualdade, de diferença e de equidade no sistema educacional brasileiro. O recente Decreto n.º 12.686/2025, alterado pelo decreto 12.773/2025, veio para consolidar essas concepções, em respeito à diversidade humana. As concepções de igualdade, de diferença e de equidade, segundo os documentos oficiais brasileiros e as referências bibliográficas, são representadas em:

- A) aos estudantes da educação especial, fica garantido o acesso à rede regular de ensino, baseado no princípio da igualdade de oportunidade, compartilhando os mesmos conteúdos e as mesmas estratégias pedagógicas
- B) o princípio da equidade parte do pressuposto de que os estudantes com deficiência precisam receber as mesmas atividades, pois devem ser tratados sem distinção
- C) a valorização da diversidade reconhece que os estudantes são diferentes e por isso, a escola precisa implementar ações pedagógicas de nivelamento, para que todos consigam aprender da mesma forma
- D) para a elaboração e implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI), os professores deverão observar o disposto no Decreto n.º 12.686/2025 sobre o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), atentando-se para a diversidade humana



**15.** Observando a trajetória histórica do processo de inclusão escolar no Brasil, embora ainda haja muito a se fazer para a garantia efetiva dos direitos das pessoas com deficiência, constata-se que houve avanços ao longo do tempo. Com base no processo histórico e amparado na legislação brasileira, é coerente afirmar que:

- A) a transversalidade da educação especial é uma exigência na educação nacional, sendo a inclusão uma imposição oficial
- B) o modelo da integração dos estudantes com deficiência nas escolas brasileiras perdura nos documentos oficiais desde os anos 1990, sendo defendido por diversos especialistas
- C) não podemos mencionar sobre segregação de pessoas na história educacional brasileira, uma vez que a coexistência pacífica sempre esteve na base das relações sociais no país mesmo sendo o modelo mais adequado, a inclusão não pode ser implementada no ensino médio no Brasil por falta de condições estruturais adequadas e por capacitação incipiente dos professores

**16.** O Plano Educacional Individualizado (PEI) é um instrumento que norteia o processo de aprendizagem dos estudantes da educação especial inclusiva. Com variadas denominações nas redes de ensino, mas com objetivos semelhantes, o planejamento individualizado é abordado nos documentos oficiais, assim como amplamente analisado na bibliografia especializada. Sobre a elaboração e a avaliação do PEI, afirma-se que:

- A) todos os estudantes da educação especial necessitam de um PEI, uma vez que sem ele não há aprendizagem significativa
- B) o PEI deve ser construído de maneira colaborativa, tendo o estudante como protagonista sempre que possível
- C) o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é fundamental na construção do PEI, apontando as adequações curriculares para que o professor da classe regular as siga
- D) sendo importante na decisão sobre os recursos e as estratégias de ensino, o PEI se constitui como estratégia exclusiva capaz de garantir a inclusão

**17.** O próximo conteúdo programático a ser abordado nas aulas de Ciências, em uma das turmas do 7º ano do Ensino Fundamental, será sobre cadeias alimentares e ecossistemas. Nesta turma, há uma estudante do Atendimento Educacional Especializado (AEE) deficiente física, com paralisia cerebral, e com funções cognitivas preservadas. A professora de AEE está realizando o planejamento para as próximas aulas e opta por utilizar um jogo pedagógico. O jogo mais adequado é:

- A) digital e interativo, com comandos personalizáveis e foco na análise das relações ecológicas
- B) digital, com foco na análise das relações ecológicas, sem necessidade de escrita, tendo um minuto para responder cada pergunta
- C) interativo, com foco na análise das relações ecológicas, no qual a aluna acompanha as explicações do professor e observa a participação dos demais estudantes
- D) de tabuleiro adaptado, com peças maiores e regras simplificadas, mediado pela professora, com foco na análise das relações ecológicas, e manipulação manual constante das peças pela estudante

**18.** Um professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) está elaborando o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) para um estudante autista que ingressou no colégio no 1º ano do Ensino Médio. Sobre esse documento, é correto afirmar que:

- A) a participação da família é facultativa
- B) as estratégias devem ser planejadas de modo que o processo de aprendizagem ocorra de maneiras diversificadas
- C) o plano serve para nortear exclusivamente o trabalho desenvolvido pelo professor do Atendimento Educacional Especializado
- D) o documento deve ser elaborado com muita atenção, atendendo às especificidades do estudante, e passará por revisão só no próximo ano letivo

**19.** A Resolução n.º 4/2009 institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na modalidade da Educação Especial. Em seu artigo 13, são estabelecidas as atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado, dentre as quais destaca-se:

- A) estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade
- B) produzir e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e capacitação
- C) elaborar o Plano Educacional Individualizado (PEI) e estimular o desenvolvimento das habilidades dos estudantes
- D) selecionar a forma que serão agrupados os estudantes para o atendimento na sala multifuncional

**20.** Rebeca é uma estudante do 9º ano e possui deficiência visual, utiliza bengala e leitor de tela. A família solicita que o atendimento da estudante seja feito exclusivamente pelo professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE), para que ela tenha a garantia ampla de todos os recursos de acessibilidade. Considerando a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), a Resolução CNE/CEB n.º 4/2009 e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015), o colégio deve:

- A) acatar o pedido da família, assegurando atendimento exclusivo no AEE, pois cabe ao professor especialista assumir a responsabilidade central pela escolarização de estudantes com deficiência
- B) informar a família de que o AEE não deve substituir a escolarização, e que o acesso aos recursos de acessibilidade deve ocorrer de forma articulada com a sala de aula comum
- C) centralizar os recursos de acessibilidade no AEE, deixando o professor da sala comum responsável pela aplicação de provas adaptadas, já que as adequações curriculares são competência do professor de AEE
- D) encaminhar a estudante para serviços externos de reabilitação e suspender temporariamente o AEE, até que uma equipe multiprofissional defina, por laudo, os recursos necessários para o atendimento educacional



## LEGISLAÇÃO

**21.** A Lei nº 10.098/2000 estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade, compreendida como condição para o exercício de direitos fundamentais. Considerando essa concepção, a atuação do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve contribuir, prioritariamente, para a:

- A) adaptação individual do estudante às limitações impostas pelos espaços escolares
- B) eliminação de barreiras que restringem o acesso, a participação e a comunicação
- C) substituição das práticas pedagógicas comuns por atendimentos especializados
- D) centralização das ações inclusivas em recursos técnicos e em equipamentos específicos

**22.** O Estatuto da Igualdade Racial compreende a promoção da igualdade como responsabilidade do Estado, articulada a políticas públicas estruturais e à participação social. A partir dessa perspectiva, a atuação de profissionais da educação deve contribuir, prioritariamente, para a:

- A) neutralização das diferenças étnico-raciais no currículo escolar
- B) responsabilização individual dos sujeitos pelas desigualdades educacionais
- C) implementação de ações institucionais que enfrentem desigualdades históricas
- D) substituição das políticas educacionais universais por medidas assistencialistas

**23.** O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) compreende a educação como um processo sistemático e multidimensional, voltado à formação do sujeito de direitos e ao fortalecimento da democracia. À luz dessa concepção, a atuação do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve priorizar a:

- A) transmissão normativa de conteúdos legais sobre direitos humanos
- B) compensação pedagógica das desigualdades individuais dos estudantes
- C) formação de sujeitos críticos, capazes de participar do controle democrático do Estado
- D) formação de sujeitos empáticos, capazes de compreender as necessidades humanas

**24.** De acordo com a Lei nº 8.112/1990, ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo será avaliado durante o estágio probatório com base nos seguintes fatores:

- A) assiduidade, disciplina, produtividade, responsabilidade e tempo de serviço
- B) assiduidade, capacidade de iniciativa, disciplina, produtividade e responsabilidade
- C) capacidade de iniciativa, disciplina, pontualidade, tempo de serviço e responsabilidade
- D) capacidade de iniciativa, disciplina, pontualidade, produtividade e responsabilidade

**25.** De acordo com o artigo 14 da Lei nº 12.772/2012, no que se refere ao desenvolvimento na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, é correto afirmar que:

- A) a progressão é a passagem para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, enquanto a promoção é a passagem de uma classe para outra subsequente, exigindo, em ambos os casos, cumprimento de interstício e aprovação em avaliação de desempenho
- B) a promoção é a passagem para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, enquanto a progressão é a passagem de uma classe para outra subsequente, exigindo, em ambos os casos, cumprimento de interstício e aprovação em avaliação de desempenho
- C) tanto a progressão quanto a promoção independem de interstício mínimo, podendo ser concedidas a qualquer tempo, desde que haja recomendação da chefia imediata e disponibilidade orçamentária da instituição
- D) tanto a progressão quanto a promoção dependem de interstício mínimo, mas também podem ser concedidas a qualquer tempo, desde que haja recomendação da chefia imediata e disponibilidade orçamentária da instituição



## PROVA ESCRITA – PARTE DISCURSIVA

### Orientações:

Esta prova é composta de 04 (quatro) questões discursivas, que deverão ser respondida dentro do espaço correspondente na folha de respostas da prova discursiva (**no verso do cartão de respostas**).

A folha de rascunho do caderno de questões será de preenchimento facultativo e **não** será válida, em hipótese alguma, para avaliação da prova discursiva do candidato. O candidato que entregar a prova discursiva em branco não será avaliado pela banca de correção e, conseqüentemente, será eliminado do concurso, ainda que haja registro no rascunho.

Certifique-se de **não** colocar marcas, nem assinar, rasurar ou preencher seu nome na **folha de resposta da prova discursiva**. Enfatiza-se que o candidato não poderá assinar em lugar algum ou fazer qualquer tipo de identificação, sob pena de anulação da sua prova e conseqüente eliminação deste certame.

A questão deve ser respondida utilizando o mínimo de **5 linhas** e o máximo de **20 linhas**. Qualquer fragmento de resposta que ultrapassar esse limite será desconsiderado, tornando-a incompleta para efeito de correção.

**Obs.:** A identificação das provas discursivas ocorrerá exclusivamente por meio de código de barras, de modo a impedir qualquer identificação direta do(a) candidato(a).

Será atribuída nota zero à questão da prova discursiva que:

- a) fugir à proposta apresentada nas questões;
- b) identificar, rubricar ou registrar qualquer palavra, marca ou sinal que identifique o candidato nas folhas de respostas (parte discursiva);
- c) redigir a lápis, parte ou a totalidade das respostas;
- d) deixar as folhas de respostas da parte discursiva em branco; e,
- e) apresentar letra ilegível.

Segundo os termos do edital, não será permitida nenhuma espécie de consulta nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.

Total de pontos da prova discursiva: **100 (cem) pontos**.



### QUESTÃO Nº 1

Em uma escola da Educação Básica, um estudante com Deficiência Intelectual (DI), regularmente matriculado no ensino comum, é atendido no Atendimento Educacional Especializado (AEE). A equipe pedagógica relata que o estudante apresenta dificuldades persistentes em planejar tarefas, manter a atenção, organizar materiais escolares e controlar impulsos, o que impacta sua participação em atividades interdisciplinares desenvolvidas em sala de aula. O professor do AEE percebe que intervenções pontuais e fragmentadas não têm produzido avanços significativos e passa a discutir com os professores da classe comum a necessidade de ações pedagógicas mais integradas.

Com base nas contribuições de Almeida e Silva (2020), analise criticamente a situação apresentada e explique de que forma o ensino das funções executivas, a partir de uma abordagem interdisciplinar, pode orientar a atuação do professor do AEE no apoio ao estudante com deficiência intelectual, considerando tanto o trabalho no atendimento especializado quanto a articulação com o ensino comum.

### QUESTÃO Nº 2

Um professor do 3º ano do primeiro segmento do Ensino Fundamental, em uma turma da escola comum, planeja suas aulas a partir dos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Contudo, o professor observa que três alunos da turma continuam apresentando dificuldades persistentes para compreender os conteúdos trabalhados, manter o engajamento nas atividades propostas e demonstrar o que aprenderam. Mesmo com a utilização das estratégias universais adotadas, esses alunos alternam momentos de participação com episódios de desatenção, esquecimento do que foi explicado e resistência diante de tarefas que envolvem leitura, escrita ou resolução de problemas.

Analise a situação apresentada, à luz dos princípios da Educação Inclusiva, e discuta como o professor pode reorganizar sua prática pedagógica para garantir a aprendizagem e a inclusão desses três alunos, mantendo a articulação com o planejamento da sala comum.

Considere:

- as possibilidades e os limites do planejamento pedagógico fundamentado no DUA, bem como as estratégias pedagógicas necessárias para reduzir barreiras à aprendizagem e garantir a participação dos estudantes;
- o papel do engajamento e das experiências de aprendizagem significativas;
- a proposição de ao menos um exemplo concreto de prática pedagógica coerente com os princípios do DUA e aplicável à turma mencionada.

### QUESTÃO Nº 3

Para o próximo ano letivo, o colégio receberá um estudante de 14 anos de idade, diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA), matriculado no 8º ano do Ensino Fundamental. Segundo informações fornecidas pela família no ato da matrícula, o estudante apresenta bom desempenho acadêmico em atividades individuais, especialmente em conteúdos que envolvem lógica e organização, porém, com dificuldades significativas de socialização, evitando interações com colegas, pouca iniciativa para comunicação oral em grupo e desconforto em situações que exigem trabalho coletivo. A família relatou, ainda, que na instituição de ensino que ele frequentava anteriormente, durante as aulas, o estudante costumava permanecer isolado, respondia apenas quando solicitado diretamente pelo professor e apresentava resistência a mudanças na rotina escolar.

Diante da situação anterior, disserte sobre como o professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve proceder para contribuir para o processo de adaptação e inclusão desse estudante, de modo que aborde os seguintes pontos: desenvolvimento de práticas e estratégias pedagógicas a serem utilizadas; instrumentos e documentos a serem usados para nortear o trabalho; estabelecimento de parcerias; profissionais envolvidos; adaptações curriculares necessárias e formas de avaliação.

### QUESTÃO Nº 4

O diretor do Colégio Pedro II recebeu uma verba institucional destinada ao fortalecimento das ações de acessibilidade e de inclusão escolar. Diante desse recurso, solicitou ao professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) a elaboração de um levantamento detalhado de materiais pedagógicos e de recursos de tecnologia assistiva que possam atender às demandas de três estudantes que, na última distribuição de equipamentos, não foram contemplados.

O diretor requisitou a apresentação objetiva de cada estudante, indicando as necessidades educacionais específicas e outras informações pertinentes. Foi solicitado também que o professor contextualizasse como e por que os materiais indicados poderão contribuir de maneira efetiva para o processo de ensino-aprendizagem, descrevendo sua aplicabilidade no contexto do AEE e sua articulação com o currículo da sala regular.

NOME DO ESTUDANTE	ESPECIFICIDADE	ANO ESCOLAR	IDADE
Elizabeth	Deficiência Intelectual	2º ano do Ensino Fundamental	7 anos
João	Deficiência Visual (baixa visão)	9º ano	14 anos
Caio	Transtorno do Espectro Autista (Nível 2 de suporte)	2º ano do Ensino Médio	16 anos

A tabela com as informações dos estudantes já foi apresentada, mas o professor ainda não concluiu o processo apresentando e explicando de que forma os materiais selecionados favorecerão, de modo efetivo, o processo de ensino-aprendizagem, explicitando sua pertinência pedagógica e funcional no âmbito do AEE. Apresente os materiais e faça essa contextualização, considerando aspectos como acessibilidade, comunicação, participação acadêmica, autonomia e eliminação de barreiras pedagógicas, em conformidade com a Resolução CNE/CEB n.º 4/2009 e com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015).



**RASCUNHO DA QUESTÃO Nº 1**  
**MÍNIMO DE 5 E MÁXIMO DE 20 LINHAS**

1	
5	
10	
15	
20	



**RASCUNHO DA QUESTÃO Nº 2**  
**MÍNIMO DE 5 E MÁXIMO DE 20 LINHAS**

1	
5	
10	
15	
20	

RASCUNHO



**RASCUNHO DA QUESTÃO Nº 3**  
**MÍNIMO DE 5 E MÁXIMO DE 20 LINHAS**

1	
5	
10	
15	
20	

**RASCUNHO DA QUESTÃO Nº 4**  
**MÍNIMO DE 5 E MÁXIMO DE 20 LINHAS**

1

5

10

15

20

RASCUNHO